

## TECENDO MALHAS: ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

\*BARROS, Lucilvana Ferreira - UEPB

\*FRANÇA, Iria Linny Bezerra – UEPB

Neste trabalho pretendemos abordar a relação entre História e Literatura, buscando problematizar o fazer historiográfico de muitos pesquisadores que perpassados pela dicotomia fato-ficção, pensam a literatura como um outro, um estrangeiro invasor que ameaça a objetividade e a seriedade dos trabalhos dos historiadores. Desde inícios do século XIX, tornou-se convencional identificar a verdade como fato e considerar a ficção o oposto da verdade. Um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de aprendê-la. “A história passou a ser contraposta à ficção, e sobretudo ao romance, como a representação do “real” em contraste com a representação do “possível” ou apenas do “Imaginável” ( White, 2001; P.139) Tentaremos nesta pesquisa no entanto , analisarmos este convívio entre os dois saberes, sem adotarmos esta posição defensiva, sem procurarmos pensar contra a literatura, ou apesar dela, mas com a literatura, avaliando a história como um lugar de transitoriedade interdisciplinar, principalmente com o conhecimento literário.

Palavras - chave: História; Literatura; Transitoriedade; Interdisciplinaridade.

“O conhecimento, o evento em História não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai se retramando e refeito pelo historiador”. (ALBURQUEQUE, 2007:63)

A relação entre a História e a Literatura é um dos temas mais recorrentemente debatido nos últimos anos, pelos historiadores. Desde que perceberam que apenas escrevem, de que utilizam a linguagem, de que narram e de que a narrativa é a forma através da qual constroem a própria noção de temporalidade e, portanto, articulam o próprio passado e seus eventos.

Mas, se são os conceitos, os discursos que constituem o real, e se são artificios mentais que se propõem a interrogar e explicar o mundo e que, articulados, resultam em constelações teóricas, poderíamos dizer que, o desafio atual é o de assumir que as ciências humanas se voltam para uma postura epistemológica diferenciada? Presumo que sim. Não se trata aqui, no entanto, de desenvolver toda uma gama de conceitos e de redefinições teóricas orientadas das diferentes correntes historiográficas de fins de século. Poderíamos assinalar

---

\*Universidade Estadual da Paraíba, Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História.

\*Universidade Estadual da Paraíba, Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História.

apenas, que tais mudanças passam com freqüência, pelos caminhos da representação e do simbólico, assim como da preocupação da escrita da história e sua recepção.

Poderíamos concentrar nossa análise, no entanto numa perspectiva que a nosso ver, tem se revelado bastante produtiva neste redimensionamento do olhar sobre o mundo. São as relações entre a história e a literatura.

Ao que percebemos, a história tem cada vez mais se aproximado da literatura, sem com ela se confundir. História e Literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotados de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a música, e que nas últimas décadas tem ganhado bastante atenção por parte dos historiadores.

De fato, já em meados dos anos sessenta, começava a ser publicada uma grande quantidade de textos e livros cuja temática passa a ser a escrita da história, suas regras, suas particularidades, e, sua diferença em relação ao texto literário. Autores como Michel de Certeau, Hayden White, e recentemente vários outros, estarão no centro de uma polêmica que envolve aqueles que defendem, em nome do realismo e do verismo, que deveriam presidir o texto do historiador, sua total separação da literatura. Aos historiadores caberia a abordagem dos fatos e só aos escritores seria permitida a ficção, entendida como a invenção dos eventos que narra. A história teria como compromisso a procura da verdade, a literatura poderia ser fruto da pura imaginação.

Para quebrar essa dicotomia, no entanto, e realizar esta aproximação entre as duas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção ou a sua oposição real/não-real, ciência ou arte. Será necessário, afrontar as formas de entendimento do real, como lugares de territorialização, já cristalizados, já formados, já ordenados. E passar a vê-los como algo a constituírem-se, a formar-se, que não são dados por natureza, mas são socialmente construídos.

Precisamos, portanto nos questionar, como o fez Lynn Hunt em “A nova História Cultural”:

Ao contrário dos ficcionistas, entretanto, os historiadores em geral optam por não ver o elemento imaginário de suas obras, em vez disso, preferem acreditar que transcenderam a ficção ao estabelecerem rigorosas diretrizes para a disciplina da história. “Exercem um efeito disciplinador sobre a imaginação, no caso, a imaginação histórica, e estabelecem limites acerca do

que constitui um acontecimento especificamente histórico”. E, no entanto apesar desses limites explícitos, todas tentativas de descrever os acontecimentos históricos baseiam-se, necessariamente, em narrativas que “revelam” a coerência, a integridade, a plenitude e a inteireza de uma imagem de vida que é, e só poderia ser imaginária. (HUNT, 2001; 136)

A literatura aparece geralmente, como um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas. Ela é o discurso sobre o que poderia ter sido, ficando a história como narrativa dos fatos verídicos. Mas o que percebemos no exemplo de Hunt, é que são os historiadores que devem legitimar o uso da imaginação e que discutem não só o uso da literatura como acesso privilegiado ao passado e colocam em pauta, a discussão do próprio caráter da história como uma forma de literatura, ou seja, como uma narrativa portadora de ficção.

Essa distinção, no entanto, não existia antes da Revolução Francesa, a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária, mais especificamente, era tida como um ramo da retórica, com sua natureza “fictícia” geralmente reconhecida. E mesmo que os teóricos do século XVIII distinguissem entre fato e ficção, não viam na historiografia uma representação dos fatos não-desvirtuada por elementos de fantasia.

A maior oposição que se dava era mais entre “verdade” e “erro” que entre fato e fantasia, deduzindo-se assim que muitos tipos de verdade, mesmo na história, só poderiam ser apresentados ao leitor por meio de técnicas ficcionais de representação. Essas técnicas constituíam em artifícios retóricos, tropos, figuras e esquemas de palavras e pensamentos, os quais na forma como eram descritos pelos retóricos clássicos e renascentistas, eram idênticos as técnicas da poesia em geral. A verdade não era comparada ao fato, mas a uma combinação do fato e da matriz conceitual dentro da qual ela era posta adequadamente no discurso.

Apenas em inícios do século XIX, convencionou-se entre os historiadores identificar a verdade como fato e considerar a ficção o oposto da verdade. A história passou a ser contraposta à ficção, e, sobretudo ao romance, como a representação do real em contraste com a representação do “possível” ou apenas do “imaginável”. Emergia, pois um discurso histórico que desejava eliminar todo traço do fictício, ou simplesmente do imaginável, abstendo-se das técnicas do poeta e do orador e privando-se do que consideravam os procedimentos intuitivos do criador de ficções na sua apreensão da realidade.

A historiografia surgia, portanto em meados do século XIX, como uma disciplina erudita contra o plano de fundo de uma imensa hostilidade a todas as formas de mito.

Ocorreu, portanto, que a história, a ciência realista por natureza, se viu contraposta à ficção como o estudo do real versus o estudo do meramente imaginável. Os historiadores estavam presos à ilusão de que seria possível escrever história sem recorrer absolutamente a qualquer técnica ficcional.

A maioria dos historiadores do século XIX, portanto, “não compreendiam que os fatos não falam por si mesmos, mas que o historiador fala por eles, fala em nome deles, e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é na sua representação puramente discursiva” (WHITE, 2001; P.141) São, pois os discursos que constituem o real, não existe uma realidade a ser apresentada, ela existe enquanto prática discursiva, narrativa, enquanto linguagem, em torno de algo que é, e só poderiam ser cenários.

O historiador, portanto, conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em história. O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação.

O conhecimento histórico torna-se assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos. A interpretação em História é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão. E, embora a narrativa histórica não possa ter jamais a liberdade de criação, ela nunca poderá se distanciar do fato de que é narrativa e, portanto, guarda uma relação de proximidade com o fazer artístico, quando recorta seus objetos e constrói, em torno deles, uma intriga.

Isso nos remete a idéia de que em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, como diria Ginzburg, por indícios. “Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo “como se você estivesse lá” (VEYNE, P. 18), mas é uma prática discursiva que se constitui acima de tudo através de indícios.

Paul Veyne em “como se escreve a História”, consegue definir bem essa prática quando nos remete a idéia de trama. Segundo ele,

“Os historiadores narram tramas, que são tantos quantos forem os itinerários traçados livremente por eles, através do campo factual bem objetivo, e nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte. Um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis”. (VEYNE, P.44).

A palavra trama, segundo Veyne, tem a vantagem de nos lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance. Essa trama não se organiza, necessariamente, em uma seqüência cronológica: como um drama interior ela pode passar de um plano para outro, pode modificar-se, desconstituir-se, transformar-se em outra trama.

Nesse campo de encenação, portanto, o historiador, reúne os dados, seleciona, estabelece conexões e cruzamentos entre eles, elabora uma intriga, que mediatizam o mundo do texto e do leitor. No entanto, devido á impossibilidade de repetir a experiência do vivido, os historiadores elaboram versões. Versões plausíveis, possíveis, aproximadas, daquilo que teriam se passado um dia. O historiador atinge, pois a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável, o que poderia ter sido e que é tomado como tal.

O Historiador, portanto, se aproxima do real passado, recuperando com seu texto que recolhe, cruza e compõe evidências e provas, na busca da verdade daquilo que foi um dia. Mas sua tarefa é sempre a de representação daquela temporalidade passada. Ele também constrói uma possibilidade de acontecimento, num tempo onde não esteve presente e que ele reconfigura pela narrativa. Nesta medida, a narrativa histórica mobiliza os recursos da imaginação, dando a ver e ler uma realidade passada que só pode chegar até o leitor pelo esforço do pensamento.

Não há como atingir o real passado em sua integridade. E para construir a sua representação sobre o passado a partir das fontes ou rastros, o caminho do historiador é montado através de estratégias que se aproximam das dos escritores de ficção, através de escolhas, seleções, organizações de tramas, decifrações de enredo, uso e escolhas de palavras e conceitos.

E já que o historiador aproxima-se da literatura ao utilizar sua versão e magia de construção, seria, pois a narrativa histórica uma espécie de ficção? Ginzburg, responde esta pergunta afirmando que não. Pois pra ele, a palavra fictio está ligada a figulus, oleiro, ou seja, aquele que cria a partir de algo. No caso do historiador, cria a partir das fontes, traços da evidência de um acontecido, espécie de provas para a construção do passado.

O historiador não cria o traço no seu sentido absoluto, ele os descobre, os converte em fonte e lhes atribui significado. Há que considerar ainda que estas fontes não são o acontecido, mas rastros para chegar a este. Se forem discursos, são representações discursivas sobre o que passou; se são imagens, são também construções, gráficas ou pictóricas, por exemplo, sobre o real. Assim, os traços que chegam do passado suportam esta condição dupla: por um lado, são restos, marcas de historicidade; por outro, são representações de algo que teve lugar no tempo.

É, portanto, o historiador que transforma estes traços em fontes, através das perguntas que ele faz ao passado. Atribuindo ao traço a condição de documento ou fonte, portador de um significado e de indício de resposta às suas indagações, o historiador transforma a natureza do traço. Tudo, portanto, pode se converter em fonte para o historiador basta que ele tenha um tema e uma pergunta, formulada a partir de conceitos, que problematizam este tema e o constroem como objeto.

Nesta medida, a história surge como um lugar de transitoriedade interdisciplinar, onde a história pergunta, e a literatura responde. É preciso ter em conta, contudo, que os discursos literários e históricos são formas diferentes de dizer o real. Ambas são representações construídas sobre o mundo e que traduzem ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas históricas e a literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação.

A recorrência do "uso" de um campo pelo outro é, pois, possível, a partir de uma postura epistemológica que confronta as tais narrativas, aproximando-as num mesmo patamar, mas que leva em conta a existência de um diferencial. Historiadores trabalham com as tais marcas de historicidade e desejam chegar lá, ao próximo do real. Logo, freqüentam arquivos e arrecadam fontes, se valem de um método de análise e pesquisa, na busca de proximidade com o real acontecido. Escritores de literatura não têm este compromisso com o resgate das marcas de veracidade que funcionam como provas de que algo deva ter existido. Mas, em princípio, o texto literário precisa, ele também, ser convincente e articulado, estabelecendo uma coerência e dando impressão de verdade. Escritores de ficção também contextualizam seus personagens, ambientes e acontecimentos para que recebam aval do público leitor.

Sem dúvida, sabemos do potencial mágico da palavra e da sua força em atribuir sentido ao mundo. O discurso cria a realidade e faz ver o social a partir da linguagem que o designa e o qualifica. Já o texto de ficção literária é enriquecido pela propriedade de ser o campo por excelência da metáfora. Esta figura de linguagem, pela qual se fala de coisas que apontam para outras coisas, é uma forma da interpretação do mundo que se revela cifrada. Mas talvez aí esteja a forma mais desafiadora de expressão das sensibilidades diante do real, porque encerra aquelas coisas "não-tangíveis" que passam pela ironia, pelo humor, pelo desdém, pelo desejo e sonhos, pela utopia, pelos medos e angústias, pelas normas e regras, por um lado, e pelas suas infrações, por outro. Neste sentido, o texto literário atinge a dimensão da "verdade do simbólico", que se expressa de forma cifrada e metafórica, como uma forma outra de dizer a mesma coisa.

Com isso concluímos, portanto, que a literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: A arte de Inventar o Passado. Ensaios de teoria da História.** Bauru, SP: Edusc, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História.** Companhia das Letras, 2001.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. UnB, Brasília, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.